

CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ
PODER LEGISLATIVO



LEI COMPLEMENTAR Nº. 127/2.009.
PROCESSO Nº. 038/2.009.
APROVADA EM10.08.2.009.

***Altera a Lei Complementar nº. 89, de 21 de
Dezembro de 2.005, E DA OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.***

A Câmara Municipal de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, República Federativa do Brasil, **aprovou** a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º. – O Artigo 80, inciso I, da Lei Complementar nº. 89, de 21 de dezembro de 2.005, acrescido dos incisos IV e V e dos Parágrafos 3º., 4º., e 5º., passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 80 -

I – das importâncias arrecadas a título de honorários advocatícios, nas causas em que o Município é parte e nas quais os órgãos da Administração Indireta do Município sejam representados pela Procuradoria Geral do Município. (NR).

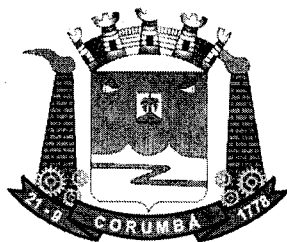
.....

IV – auxílios, subvenção e contribuições de entidades públicas e privadas, doações, legados e taxas de inscrição em cursos, seminários, conferências e outros eventos culturais patrocinados pela Procuradoria Geral do Município; (NR).

V – por outras eventuais receitas de qualquer natureza. (NR).

.....

§ 3º. – Os recursos do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município serão movimentados em conta especial em agência local de estabelecimento bancário, na qual serão depositadas as receitas aludidas neste artigo. (NR).



CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

PODER LEGISLATIVO

§ 4º. – o saldo positivo verificado ao final de cada exercício será transferido automaticamente para o exercício seguinte, a crédito do fundo. (NR).

§ 5º. – As receitas do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município não integram o percentual da receita municipal destinado à Procuradoria Geral do Município previsto na Lei Orçamentária anual. (NR).

Artigo 2º. – O Parágrafo Primeiro do Artigo 81, da Lei Complementar nº. 89, de 21 de dezembro de 2.005, passa a vigorar como Parágrafo Único, suprimindo-se os Parágrafos 2º., 3º., e 4º.

Artigo 81 -

Parágrafo Único – Os pagamentos ao Procuradores Municipais e Advogados serão feitos por rateio em partes iguais e, por constituir vantagem inerente ao cargo, incide sobre o mesmo a contribuição para previdência municipal. (NR).

Artigo 3º. - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, EM 10 DE AGOSTO DE 2.009.


Antonio Luiz de Almeida Vianna
Presidente



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ
GABINETE DO PREFEITO

LIDO NA SESSÃO DIA

15 09 09

DIRETOR GERAL DE SECRETARIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 127, DE 17 DE AGOSTO DE 2009.

"Altera a Lei Complementar nº. 89, de 21 de dezembro de 2.005, e dá outras providências".

Faço saber que a Câmara Municipal de Corumbá aprovou e EU, Ruiter Cunha de Oliveira, Prefeito Municipal de Corumbá sancionei e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O artigo 80, inciso I, da Lei Complementar nº. 89, de 21 de dezembro de 2.005, acrescido dos incisos IV e V e dos parágrafos 3º, 4º e 5º, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 80 - (...)

I - das importâncias arrecadas a título de honorários advocatícios, nas causas em que o Município é parte e nas quais os órgãos da Administração Indireta do Município sejam representados pela Procuradoria Geral do Município. (NR)

.....
IV - auxílios, subvenções e contribuições de entidades públicas e privadas, doações, legados e taxas de inscrição em cursos, seminários, conferências e outros eventos culturais patrocinados pela Procuradoria Geral do Município; (NR)

V - por outras eventuais receitas de qualquer natureza. (NR)

.....
§ 3º - Os recursos do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município serão movimentados em conta especial em agência local de estabelecimento bancário, na qual serão depositadas as receitas aludidas neste artigo. (NR)

§ 4º - O saldo positivo verificado ao final de cada exercício será transferido automaticamente para o exercício seguinte, a crédito do fundo. (NR)



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ
GABINETE DO PREFEITO

§ 5º - As receitas do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município não integram o percentual da receita municipal destinado à Procuradoria Geral do Município previsto na lei orçamentária anual.(NR)''

Art. 2º - O parágrafo primeiro do artigo 81, da Lei Complementar n.º 89, de 21 de dezembro de 2.005, passa a vigorar como parágrafo único, suprimindo-se os parágrafos 2º, 3º e 4º:

"Art. 81. (...):

*.....
Parágrafo único. Os pagamentos aos Procuradores Municipais e Advogados serão feitos por rateio em partes iguais e, por constituir vantagem inerente ao cargo, incide sobre o mesmo a contribuição para previdência municipal. (NR)''*

Art. 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ
EM 17 DE AGOSTO DE 2009


RUITER CUNHA DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL